

Vila Operária ameaça o Parque

Técnicos temem que criação do novo bairro, com a permanência do Lixão, signifique risco de contaminação do solo, da água e da fauna

Ricardo Mendes

Da equipe do Correio

A notícia da criação da Vila Operária, um bairro residencial para 2 mil famílias na região da favela da Estrutural, foi recebida ontem como um anúncio fúnebre entre os funcionários do Parque Nacional de Brasília. “Isso é um perigo grande para o parque”, lamenta o administrador da maior reserva ambiental do Distrito Federal, Elmo Monteiro. O projeto da vila — proposto pelo deputado distrital José Edmar (PMDB) e aprovado terça-feira pela Câmara Legislativa — até ampliou a faixa de proteção nos limites da reserva. Mas o cuidado é considerado insuficiente porque a maior ameaça à natureza vai continuar onde está: o Lixão.

A Vila Operária ocupará 20% do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), previsto no Plano de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). O resto do bairro deverá ser dividido entre em-

presas e indústrias não-poluente. Antes, as construções do SCIA ficariam a uma distância mínima de 100 metros dos limites do parque. De acordo com o texto aprovado anteontem, essa proteção passará a medir 150 metros.

Aprovada em plenário, uma emenda do deputado distrital Chico Floresta (PT) ao projeto de José Edmar prevê que haverá um Sistema de Gerenciamento Ambiental (SGA) para estudar o impacto do novo bairro sobre o meio ambiente. Composto por representantes do governo do Distrito Federal, da administração do parque e de organizações não-governamentais, o SGA terá de ser custeado pelo Executivo local.

“Com o SGA, vamos criar condições de minimizar os impactos sobre o meio ambiente, identificando as consequências da ocupação e indicando as medidas necessárias para reduzir ao mínimo os problemas à fauna, à água e ao solo do Parque Nacional”, sustenta Chico Floresta, que foi secretário do Meio Ambiente

no governo Cristovam Buarque.

Para o deputado petista, o projeto aprovado esta semana foi “um avanço”, à antiga proposta (também de Edmar) de fundar uma verdadeira cidade na invasão da Estrutural, reunindo até 50 mil habitantes — hipótese condenada no Relatório de Impacto Ambiental sobre o SCIA, documento que condicionava a instalação de empresas a obras de infra-estrutura e vetava uma ocupação residencial daquele tamanho. “A criação da cidade foi eliminada com a Vila Operária”, defende Floresta.

LIXO HOSPITALAR

O assentamento de 2 mil famílias não é visto com bons olhos pelos técnicos do Parque Nacional, mas o mais grave para eles é a manutenção do chamado aterro sanitário, o Lixão, que permanecerá onde está. “Além do risco de contaminação com o próprio lixo, uma das coisas que nos preocupam é a presença de urubus, que adentram o parque e são transmissores de doenças, ameaçando a fauna nativa”, detalha o administra-

dor, Elmo Monteiro.

Atualmente, o local nem deveria estar sendo chamado de aterro, já que os dejetos — incluindo lixo hospitalar — são despejados acima do chão, em vez de enterrados. “Em um aterro, as valas precisam ser preparadas com até seis meses de antecedência, mas não havia sequer uma preparada em janeiro, quando assumimos”, conta o diretor-geral do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), Luiz Flores.

Com o enguiço das duas usinas de tratamento de lixo existentes no Distrito Federal, o problema aumentou. Em janeiro, 200 mil toneladas de material depositado próximo às usinas de Ceilândia e da Asa Sul seguiram para o Lixão. “Praticamente todo o lixo do Distrito Federal está indo para lá, o que dá aproximadamente 1.300 toneladas por dia”, diz o diretor-geral do SLU.

Funcionária do Parque Nacional, a engenheira florestal Cristiane Horowitz constatou que o termo aterro já era uma impropriedade em 1998. No estudo “Entorno do Parque Nacional de Brasília, diagnóstico e descrição

de impactos” — incluído no Plano de Manejo da reserva —, ela descreveu que o lixo era compactado e coberto apenas por 30 centímetros de terra.

O correto seria depositar os dejetos em valas mais profundas e impermeabilizadas, capazes de evitar o vazamento para o solo de líquidos e gases tóxicos. Um projeto para adequar o aterro a essas condições e recuperar a área degradada pelo Lixão foi enviado em março de 1995 ao Banco Mundial, que aprovou a ideia e concordou em financiar 50% da proposta, com custo total de R\$ 1,2 milhão. Já ocorreu até uma licitação para executar o projeto, vencida por uma empresa de Campinas. Mas o diretor-geral do SLU afirma que ainda está avaliando a viabilidade levar a ideia adiante.

Ainda que o Lixão fosse removido — hipótese ausente do projeto aprovado pela Câmara —, o novo bairro do SCIA significaria novos danos ambientais ao Parque Nacional. É o que dizem especialistas como Cristiane Horowitz. Ela argumenta que o surgimento de edificações nos limites da reserva leva à compactação e impermeabilização do solo, prejudicando a renovação das águas dos lençóis freáticos e contribuindo para erosão na superfície. E lembra que é no parque que está a captação de água que abastece o Plano Piloto.



Nehil Hamilton



O lixo a céu aberto é uma das principais características da invasão da Estrutural. E nele crianças brincam